



Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo

Fone/Fax : (47) 3547-0179 / 3547-0232

gabinete@bracodotrombudo.sc.gov.br

Praça da Independência, 25- Centro – 89178-000 – Braço do Trombudo – Santa Catarina

CNPJ 95.952.230/0001-67

**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 09/2025
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 09/2025**

O **MUNICÍPIO DE BRAÇO DO TROMBUDO/SC**, inscrito no CNPJ sob o nº 95.952.230/0001-67, com sede nesta cidade, na Praça da Independência, nº 25, Centro, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. **ADRIANO TREINATTI**, no uso de suas atribuições legais, vem, por meio deste, comunicar a Inexigibilidade de Licitação, conforme o objeto a seguir descrito, em conformidade com a Lei nº 14.133/21, levando em consideração as justificativas e disposições legais aqui estabelecidas.

1 DO OBJETO:

O presente processo tem como objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE SISTEMA INFORMATIZADO, EM FORMATO SAAS, DESTINADO À GESTÃO E GERENCIAMENTO ELETRÔNICO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS DESENVOLVIDAS PELA COMISSÃO MUNICIPAL DE ESPORTES (CME) DO MUNICÍPIO DE BRAÇO DO TROMBUDO/ SC, INCLUINDO CUSTOMIZAÇÃO, ATIVAÇÃO, IMPLANTAÇÃO, TREINAMENTO E SUPORTE TÉCNICO DA PLATAFORMA**. Tudo de acordo com os termos abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

2 DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

O objeto pretendido pela Administração se caracteriza em hipótese inexigibilidade, amparado no art.74, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

I - Aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos;

Observando a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e alterações:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

[...]

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.



Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo

Fone/Fax : (47) 3547-0179 / 3547-0232

gabinete@bracodotrombudo.sc.gov.br

Praça da Independência, 25- Centro – 89178-000 – Braço do Trombudo – Santa Catarina

CNPJ 95.952.230/0001-67

3 DAS JUSTIFICATIVAS

3.1 DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A contratação de empresa para a prestação de serviços de locação de sistema informatizado, no formato SaaS (Software as a Service), destinado à gestão e gerenciamento eletrônico das atividades esportivas desenvolvidas pela Comissão Municipal de Esportes (CME) de Braço do Trombudo/SC, se justifica pela necessidade de modernizar e integrar o gerenciamento das ações esportivas do município. A CME tem como missão promover o desenvolvimento do esporte no município, assegurando a participação ativa da comunidade e a gestão eficiente dos recursos. Para tanto, a utilização de uma plataforma tecnológica é essencial, permitindo maior agilidade, controle e transparência nas atividades esportivas.

O sistema informatizado permitirá a centralização das informações, otimizando os processos de inscrição, controle de atletas, organização de eventos e emissão de relatórios, além de proporcionar um acompanhamento em tempo real das atividades. Isso resultará em uma gestão mais eficiente, com maior facilidade na execução do planejamento das ações da CME e um controle mais rigoroso sobre os eventos realizados. A solução também possibilitará a customização de funcionalidades para atender às necessidades específicas da Comissão, o que é um diferencial importante para adequar o sistema à realidade local.

Além disso, a contratação do serviço garante o fornecimento de treinamento especializado para os servidores da CME e suporte técnico contínuo, o que assegura o pleno funcionamento do sistema e a capacitação necessária para seu uso adequado. A escolha do modelo SaaS se justifica pelo fato de ser uma solução mais econômica, pois elimina a necessidade de investimento em infraestrutura própria, atualizações constantes e manutenção de hardware, proporcionando assim um excelente custo-benefício. A centralização dos dados e a transparência proporcionada pela plataforma irão permitir um controle mais efetivo dos recursos públicos, atendendo aos princípios da eficiência e da boa gestão. Em resumo, a contratação desse serviço é imprescindível para a melhoria na gestão das atividades esportivas da CME, contribuindo para um melhor atendimento à população e ao aprimoramento das ações esportivas no município de Braço do Trombudo/SC.

3.2 DA JUSTIFICATIVA DO VALOR

A justificativa para o valor da contratação está na compatibilidade do preço em relação a contratações similares realizadas em outros municípios, conforme demonstram os contratos anexos a solicitação.

Ressalta-se que a proposta apresentada é considerada vantajosa para a Administração, tendo em vista a natureza do objeto a ser contratado, bem como as condições oferecidas, que atendem adequadamente às necessidades do município.

4 DA CONTRATADA

PLACARSOFT LTDA, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ nº 48.018.735/0001-79, com sede na Avenida Bayer Filho, nº 1287, Centro, no Município de Tijucas/SC.



Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo

Fone/Fax : (47) 3547-0179 / 3547-0232

gabinete@bracodotrombudo.sc.gov.br

Praça da Independência, 25- Centro – 89178-000 – Braço do Trombudo – Santa Catarina

CNPJ 95.952.230/0001-67

4.1 DA RAZÃO DA ESCOLHA DA CONTRATADA

A empresa a ser contratada apresentou **atestado de exclusividade**, comprovando ser a única fornecedora do sistema de gestão e gerenciamento eletrônico de atividades esportivas adequado às necessidades da Comissão Municipal de Esportes.

Isso assegura que o produto ofertado não possui similaridade no mercado, justificando a escolha pela solução proposta, que atende com excelência às demandas da administração municipal, garantindo a melhor qualidade de serviço e suporte contínuo para o bom funcionamento do sistema. A exclusividade do fornecimento também reforça a confiança na qualidade e na eficácia do sistema, essencial para a modernização da gestão esportiva no município de Braço do Trombudo/SC.

4.2 DOS REQUISITOS HABILITATÓRIOS

Nos procedimentos administrativos para contratação, devem ser observados os requisitos de habilitação estabelecidos no art. 62 da Lei nº 14.133/21.

Destaca-se que a contratada comprovou sua habilitação de forma clara e adequada, por meio da apresentação das certidões negativas e da carta de exclusividade, documentos esses que se encontram impressos e anexados ao processo administrativo.

5 DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO E VIGÊNCIA

5.1 A contratação será no **valor total de R\$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais)**, a ser pago em **12 (doze) parcelas mensais de R\$ 600,00 (seiscentos reais) cada**.

5.2 A CONTRATANTE efetuará o pagamento no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da nota fiscal correspondente.

5.3 O prazo de **vigência da contratação será de 12 (doze) meses**, contados a partir da assinatura do contrato, em conformidade com o art. 105 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, e com o Decreto Municipal nº 126/2023, podendo ser prorrogado conforme a necessidade da Administração, nos termos da legislação vigente.

5.4 A Nota Fiscal deverá ser emitida com o Imposto de Renda retido na fonte em destaque, conforme tabela de retenção constante no Anexo I da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234 de 2012 e suas alterações posteriores. Cabe à licitante/contratada o destaque deste imposto no corpo das notas fiscais, tanto a alíquota quanto seu valor monetário. As pessoas jurídicas optantes pelo Simples Nacional, amparadas por isenção, não incidência ou alíquota zero do IR devem informar essa condição no documento fiscal, inclusive o enquadramento legal, sob pena de, se não o fizerem, sujeitarem-se à retenção do imposto e das contribuições sobre o valor total do documento fiscal, no percentual total correspondente à natureza do bem ou serviço. Havendo erro no documento de cobrança, incompletude de dados ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, está ficará com o pagamento pendente até que a licitante/contratada providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso, qualquer ônus ao Município contratante.

5.5 O imposto de Renda será retido pela administração Pública conforme o Decreto Municipal DECRETO Nº 050/2023, DE 07 DE JULHO DE 2023, que dispõe sobre os procedimentos relativos à



Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo

Fone/Fax : (47) 3547-0179 / 3547-0232

gabinete@bracodotrombudo.sc.gov.br

Praça da Independência, 25- Centro – 89178-000 – Braço do Trombudo – Santa Catarina

CNPJ 95.952.230/0001-67

retenção do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre rendimentos pagos pela Administração Pública direta e indireta do Município de Braço do Trombudo - SC a pessoas jurídicas.

6 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação encontram-se amparados nos recursos orçamentários previstos para o ano de 2025, sendo:

98

06.001.27.812.0012.2037.3.3.90.00.00

Manutenção do Desporto Amador

1.500.0000.000000 - Recursos Ordinários

7 DO FORO

O foro competente para dirimir eventuais dúvidas relativas ao objeto da presente **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, será o da Comarca de Trombudo Central/SC.

8 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Integram o presente Edital:

- Anexo I - Minuta do Contrato.

9 DA AUTORIZAÇÃO

Em face do exposto, e considerando o interesse da administração municipal em realizar a contratação, bem como as razões anteriormente apresentadas, e após a análise da Assessoria Jurídica (parecer anexo), que revisou toda a documentação que instrui o presente procedimento, conclui-se pela viabilidade e validade jurídica do ato administrativo em questão.

Dessa forma, em conformidade com os princípios da razoabilidade, economicidade e supremacia do interesse público, acolho as justificativas para a Inexigibilidade de Licitação referente à referida contratação e a ratifico, encaminhando os autos para as providências pertinentes.

Braço do Trombudo (SC), 03 de fevereiro de 2025.

ADRIANO TREINATTI
PREFEITO MUNICIPAL



Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo
Fone/Fax : (47) 3547-0179 / 3547-0232
gabinete@bracodotrombudo.sc.gov.br
Praça da Independência, 25- Centro – 89178-000 – Braço do Trombudo – Santa Catarina
CNPJ 95.952.230/0001-67

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 09/2025
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 09/2025

ANEXO I – MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº xx/2025 QUE, ENTRE SI, CELEBRAM O MUNICÍPIO DE BRAÇO DO TROMBUDO/SC E A EMPRESA PLACARSOFT LTDA, PARA OS FINS QUE SE ESPECIFICA.

Contrato que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE BRAÇO DO TROMBUDO**, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 95.952.230/0001-67, com sede nesta cidade, na Praça da Independência, 25, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal **Senhor Adriano Treinatti**, inscrito no CPF sob o nº008.665.179-01, a seguir denominada CONTRATANTE, e a Empresa **PLACARSOFT LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, sito à Avenida Bayer Filho, nº1287 – Centro, cidade de Tijucas, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº48.018.735/0001-79, neste ato representada por seu titular, **Senhor Rafael Muller**, inscrito no CPF sob o nº045.842.409-90, brasileiro, solteiro, empresário, residente e domiciliado à Rua Coronel Izidoro, nº 1278 – Universitário, município de Tijucas/SC, com telefone para contato (48) 3263-0030 e/ou (48) 99922-9731 e e-mail elder@placarsoft.com.br, a seguir denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente contrato, sujeitando-se às normas da Lei Federal nº. 14.133, de 1 de abril de 2021, com suas alterações posteriores, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 *Contratação de empresa para prestação de serviços de locação de sistema informatizado, em formato SaaS, destinado à gestão e gerenciamento eletrônico das atividades esportivas desenvolvidas pela Comissão Municipal de Esportes (CME) do Município de Braço do Trombudo/SC, incluindo customização, ativação, implantação, treinamento e suporte técnico da plataforma.*

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1 O presente contrato, celebrado por **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, tem fundamento no art. 74, inciso I, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e está amparado pelo processo de **Inexigibilidade de Licitação nº xx/2025**, datado de 03 de fevereiro de 2025, cujas disposições ficam estritamente vinculadas e passam a fazer parte integrante deste instrumento contratual.

CLÁUSULA TERCEIRA – VALOR E PAGAMENTO

3.1 O valor total deste contrato é de **R\$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais)**, a ser pago em 12 (doze) parcelas mensais de **R\$ 600,00 (seiscentos reais)** cada.

3.2 O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias após o adimplemento das obrigações, mediante apresentação pela CONTRATADA, instruída com o necessário Atesto de Aceite da prestação dos serviços objeto deste contrato, firmado pelo CONTRATANTE na respectiva nota fiscal

3.3 A Nota Fiscal deverá ser emitida com o Imposto de Renda retido na fonte em destaque, conforme tabela de retenção constante no Anexo I da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234 de 2012 e suas alterações posteriores. Cabe à licitante/contratada o destaque deste imposto no corpo das



Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo

Fone/Fax : (47) 3547-0179 / 3547-0232

gabinete@bracodotrombudo.sc.gov.br

Praça da Independência, 25- Centro – 89178-000 – Braço do Trombudo – Santa Catarina

CNPJ 95.952.230/0001-67

notas fiscais, tanto a alíquota quanto seu valor monetário. As pessoas jurídicas optantes pelo Simples Nacional, amparadas por isenção, não incidência ou alíquota zero do IR devem informar essa condição no documento fiscal, inclusive o enquadramento legal, sob pena de, se não o fizerem, sujeitarem-se à retenção do imposto e das contribuições sobre o valor total do documento fiscal, no percentual total correspondente à natureza do bem ou serviço. Havendo erro no documento de cobrança, incompletude de dados ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, está ficará com o pagamento pendente até que a licitante/contratada providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso, qualquer ônus ao Município contratante.

3.4 O imposto de Renda será retido pela administração Pública conforme o Decreto Municipal DECRETO Nº 050/2023, DE 07 DE JULHO DE 2023, que dispõe sobre os procedimentos relativos à retenção do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre rendimentos pagos pela Administração Pública direta e indireta do Município de Braço do Trombudo - SC a pessoas jurídicas.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA CONTRATUAL E REAJUSTE

4.1 O presente instrumento terá **vigência de 12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado na forma do art. 105 da Lei Federal nº 14.133/21

4.2 Após os primeiros 12 (doze) meses, a contar da formulação do orçamento, datado de 13/01/2025, os preços poderão ser reajustados, em conformidade com a legislação vigente, com a aplicação da variação do IPCA acumulado no período da assinatura.

CLÁUSULA QUINTA – DO REGIME DE EXECUÇÃO E MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

5.1 Para execução do presente contrato, a CONTRATADA disponibilizará por meio de acesso específico através de e-mail, cadastro de pessoa física (CPF) ou número de telefone individual cadastrado pelo próprio usuário administrador da plataforma, com senha individual e intransferível, sobre os assuntos que constam acordados na proposta da empresa apresentada em 13 de janeiro de 2025, e conforme as características técnicas relacionados abaixo:

a) Funcionamento em ambiente virtual (nuvem), de modo que seja desnecessário o investimento em infraestrutura própria de servidores. Necessário apenas dispor de computadores ou dispositivos móveis em conexão com a internet, aderente ao Art. 37 da CF;

b) Interface responsiva que ajusta-se ao dispositivo utilizado, o que viabiliza a eficiência da leitura e usabilidade, aderente ao Art. 3º, VII e X, da Lei nº 14.129/2021;

c) Acesso seguro: servidor web com certificado de segurança SSL, garantindo a troca de dados criptografados entre o servidor e todos os usuários da plataforma, aderente ao Art. 3º, V, da Lei nº 12.965/2014 (Marco Civil da Internet) c/c Art. 46 da Lei nº 13.709/2018 LGPD;

d) Interface intuitiva, organizada e centralizada com funcionalidades que viabilizam ao usuário uma experiência de usabilidade amigável (user friendly), consubstanciada, sobretudo, na facilidade e autonomia no acesso aos resultados que precisa e do curto transcurso de tempo até a compreensão do funcionamento da plataforma;



Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo

Fone/Fax : (47) 3547-0179 / 3547-0232

gabinete@bracodotrombudo.sc.gov.br

Praça da Independência, 25- Centro – 89178-000 – Braço do Trombudo – Santa Catarina

CNPJ 95.952.230/0001-67

- e) Plataforma com tempo médio de carregamento completo para o usuário final igual ou inferior a 5 (cinco) segundos, o que pode ser aferido por ferramenta específica de monitoramento, aderente ao Art. 3º, IV, da Lei nº 14.129/2021;
- f) Garantia de disponibilidade de, no mínimo, 95% (noventa e cinco por cento) de estabilidade da plataforma, o que poderá ser demonstrado em página pública de status, aderente ao Art. 37 da CF;
- g) Sistema de notificação de e-mail com encriptação TLS e autenticação nos padrões SPF e DKIM, além de envio dos e-mails por meio de IP dedicado e controle de reputação, aderente ao Art. 21, VII; Art. 42 e Art. 43 da Lei nº 14.129/2021;
- h) Fornecimento da última versão da plataforma e atualização sem interrupção da disponibilização da plataforma, aderente ao Art. 29, §1º, VI, da Lei 14.129/2021. Há a possibilidade de ocorrência de intervalos programados de manutenção nos servidores;
- i) Possibilidade de geração, por administrador principal, da análise de log de eventos ocorridos dentro da plataforma, viabilizando a auditoria das ações realizadas, aderente ao requisito nº 7.4.4 do e-ARQ Brasil, instituído pela Resolução nº 50/2022 do CONARQ, que preconiza que um sistema “tem que assegurar que as informações da trilha de auditoria estejam disponíveis para inspeção, a fim de que uma ocorrência específica possa ser identificada e todas as informações correspondentes sejam claras e compreensíveis”.
- j) Plataforma com armazenamento de informações da instituição esportiva em banco de dados único.

5.2 Os serviços terão início a partir da assinatura do contrato.

5.3 A Gestão e Fiscalização deste contrato, ocorrerá nos termos estabelecidos no regulamento do CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEXTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 As despesas decorrentes do presente instrumento correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

98

06.001.27.812.0012.2037.3.3.90.00.00

Manutenção do Desporto Amador

1.500.0000.000000 - Recursos Ordinários

CLAUSULA SÉTIMA– DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

São obrigações do **CONTRATANTE**:

7.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, de acordo com o contrato e seus anexos;



Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo

Fone/Fax : (47) 3547-0179 / 3547-0232

gabinete@bracodotrombudo.sc.gov.br

Praça da Independência, 25- Centro – 89178-000 – Braço do Trombudo – Santa Catarina

CNPJ 95.952.230/0001-67

7.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste contrato;

7.3 Notificar a **CONTRATADA**, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

7.4 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela **CONTRATADA**, sendo designado como **fiscal** do presente contrato o Assessor Especial de Esportes **Sr. Alirio Visintainer**.

7.5 Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133/21;

7.6 Efetuar o pagamento a **CONTRATADA** do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

7.7 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

7.8 A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

7.9 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela **CONTRATADA** no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

7.10 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela **CONTRATADA** com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da **CONTRATADA**, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLAUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1 A **CONTRATADA** deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

a) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

b) Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

c) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

8.2 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a **CONTRATADA** deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:



Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo

Fone/Fax : (47) 3547-0179 / 3547-0232

gabinete@bracodotrombudo.sc.gov.br

Praça da Independência, 25- Centro – 89178-000 – Braço do Trombudo – Santa Catarina

CNPJ 95.952.230/0001-67

- I. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
 - II. Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
 - III. Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
 - IV. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF;
 - V. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 8.3 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
- 8.4 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 8.5 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo **CONTRATANTE**, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato.
- 8.6 Não permitir a utilização de qualquer trabalho de menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 8.7 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 8.8 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 8.9 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 8.10 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 8.11 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do **CONTRATANTE**;

CLAUSULA NONA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 9.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, o contratado que:
- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
 - b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - c) Der causa à inexecução total do contrato;



Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo

Fone/Fax : (47) 3547-0179 / 3547-0232

gabinete@bracodotrombudo.sc.gov.br

Praça da Independência, 25- Centro – 89178-000 – Braço do Trombudo – Santa Catarina

CNPJ 95.952.230/0001-67

- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.
- iv) **Multa**: Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10% (dez por cento) dias; O atraso superior a 60 (sessenta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

9.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

9.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

9.4.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

9.5 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante a Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

9.6 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.7 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.



Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo

Fone/Fax : (47) 3547-0179 / 3547-0232

gabinete@bracodotrombudo.sc.gov.br

Praça da Independência, 25- Centro – 89178-000 – Braço do Trombudo – Santa Catarina

CNPJ 95.952.230/0001-67

9.8 Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.9 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

9.10 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

CLAUSULA DÉCIMA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

10.1 O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

10.2 O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

10.2.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

10.2.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

10.2.3 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

10.3 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – FORO

11.1 As partes elegem o foro de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina para solução de possíveis litígios oriundos do presente Contrato, renunciando a quaisquer outros que tenham ou venham a ter.

11.2 E por estarem de acordo, firmam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma.



Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo

Fone/Fax : (47) 3547-0179 / 3547-0232

gabinete@bracodotrombudo.sc.gov.br

Praça da Independência, 25- Centro – 89178-000 – Braço do Trombudo – Santa Catarina

CNPJ 95.952.230/0001-67

Braço do Trombudo (SC), 03 de fevereiro de 2025.

Contratante
Pref. Mun. de Braço do Trombudo

Contratada
PLACARSOFT LTDA

TESTEMUNHAS: